

-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --

Considerando os conceitos, objetivos e finalidades da contabilidade, julgue os itens que se seguem.

- 51 Coletar informações, sintetizá-las e registrá-las são algumas das ações que visam ao acompanhamento sistemático do objeto da ciência contábil.

JUSTIFICATIVA - Certo. Contabilidade é a ciência que permite, por meio de suas técnicas, registrar e controlar os atos e fatos administrativos ocorridos em determinada entidade proporcionando um acompanhamento sistemático de seu patrimônio.

- 52 O objeto da contabilidade, na teoria contábil atual, é mais que o conjunto de bens, direitos e obrigações de propriedade da entidade.

JUSTIFICATIVA - Certo. Conforme a literatura de referência, o patrimônio é o objeto administrado que serve para propiciar à empresa a obtenção de seus fins, o que vai além dos bens, direitos e obrigações de propriedade da entidade.

- 53 O objetivo fundamental da contabilidade, hoje, é fornecer informações que auxiliem a tomada de decisões econômico-financeiras a todos os interessados.

JUSTIFICATIVA - Errado. Conforme a literatura de referência, não é objetivo da contabilidade fornecer informações em geral, nem a todos os públicos que se interessem por qualquer tipo de questão. O objetivo da contabilidade é fornecer informações econômico-financeiras aos usuários da informação contábil, para que possam tomar decisões quanto ao ente que relata tais informações.

Julgue os itens a seguir, em relação ao patrimônio contábil.

- 54 Verifica-se uma situação líquida positiva caso haja, no balanço patrimonial de uma entidade, apenas os saldos especificados a seguir.

caixa e equivalentes: R\$ 10.000

contas a receber: R\$ 25.000

contas a pagar: R\$ 15.000

patrimônio líquido: R\$ 20.000

JUSTIFICATIVA - Certo. Ocorre situação líquida positiva ou superavitária quando a empresa apresenta excesso de ativos em relação a seus passivos, o que implica a existência de patrimônio líquido positivo, como no exemplo dado.

- 55 A situação patrimonial de uma entidade é representada graficamente por meio de um desenho, comumente o de uma balança, sendo irrealizável através de demonstrações contábeis.

JUSTIFICATIVA - Errado. O balanço patrimonial é uma representação gráfica da situação patrimonial, que visa a apresentar, através de figuras, um panorama do equilíbrio dos valores, expressando, simbolicamente, o patrimônio, o que é exatamente o formato do balanço patrimonial.

- 56 Os valores expressos em contas de perda estimada com crédito de liquidação duvidosa ou similar e contas da mesma espécie, por representarem retificações em componentes do ativo ou do passivo, estão excluídos da categoria contábil patrimônio.

JUSTIFICATIVA - Errado. O patrimônio não é composto apenas dos bens direitos e obrigações do ponto de vista qualitativo, mas também do ponto de vista quantitativo e as contas retificadoras integram esse patrimônio, uma vez que modificam o aspecto quantitativo do patrimônio.

- 57 Ativo + patrimônio líquido < passivo exigível é uma expressão que sintetiza a situação de passivo a descoberto.

JUSTIFICATIVA - Certo. Podem ocorrer situações em que os ativos da entidade são insuficientes para cobrir seus passivos. Nessa situação, o patrimônio líquido é chamado a complementar o que falta. Caso nem a soma dos ativos com o patrimônio líquido seja suficiente para cobrir os passivos, diz-se que ocorre uma situação de passivo a descoberto.

- 58 No cotidiano das entidades contábeis, é impossível ocorrer uma situação patrimonial expressa por ativos + | passivos | = patrimônio líquido, em que a simbologia | x | representa o valor absoluto de x.

JUSTIFICATIVA - Errado. Essa é uma situação comum no momento da constituição das entidades, quando os sócios constituem o patrimônio contábil em bens e direitos, portanto:

Ativos = PL, pois o valor dos passivos é zero

Ativos + 0 = PL.

No que diz respeito aos atos e fatos administrativos, julgue os itens subsequentes.

- 59 Um fato que simultaneamente modifique o patrimônio de forma qualitativa e de forma quantitativa é um fato composto, estando bem representado pelo provisionamento para distribuição de dividendos.

JUSTIFICATIVA - Errado. O provisionamento para distribuição de dividendos reduz o patrimônio líquido, gerando um passivo, o que não constitui um fato permutativo e um fato modificativo, mas apenas um fato modificativo diminutivo.

- 60 O lançamento a seguir constitui um fato contábil modificativo diminutivo.

debito — ações em tesouraria

credite — bancos

JUSTIFICATIVA - Certo. A recompra de ações reduz o montante do patrimônio líquido, através da geração da conta retificadora “ações em tesouraria”, contra uma conta do ativo ou do passivo. Por reduzir o montante do PL, é um fato contábil modificativo diminutivo.

- 61 Para fins contábeis, ato administrativo é definido como o ato capaz de afetar o patrimônio da entidade de forma qualitativa ou quantitativa, ou de ambas as formas.

JUSTIFICATIVA - Certo. Um ato administrativo é aquele que não afeta o patrimônio da entidade, ao passo que um ato contábil é aquele que modifica o patrimônio em sua composição ou montante.

- 62 A contratação de um empréstimo bancário para pagamento em 12 meses, com juros de 2% ao mês, cobráveis sempre ao final de cada mês, modifica quantitativamente o patrimônio da entidade no exato momento de sua contratação.

JUSTIFICATIVA - Errado. A situação apresentada no item caracteriza um fato contábil permutativo e, por isso, não afeta quantitativamente o patrimônio da entidade.

depreciação acumulada	7.000
seguros antecipados	1.000
caixa e equivalentes	1.000
contas a receber	30.000
estoques	12.000
empréstimos a dirigentes	10.000
adiantamento a fornecedores	10.000
adiantamento de clientes	11.000
imobilizado	25.000
capital social	29.000
contas a pagar	40.000
reserva para contingências	2.000

Com base no rol de contas precedente e em seus respectivos saldos, cujos valores estão em reais, julgue os próximos itens.

63 No rol de contas apresentado, há duas contas credoras que não pertencem ao passivo exigível.

JUSTIFICATIVA - Errado. Há duas contas que pertencem ao patrimônio líquido e uma ao ativo: capital social, reserva de contingência e depreciação acumulada.

64 No rol de contas apresentado, existem sete contas de natureza devedora e cinco contas de natureza credora.

JUSTIFICATIVA - Certo. São devedoras todas as contas do ativo, exceto a depreciação acumulada, num total de 7 contas, restando, portanto, outras 5 contas credoras.

65 Os saldos devedores somam R\$ 89 mil.

JUSTIFICATIVA - Certo. Apenas as contas do grupo patrimonial ativo são devedoras, exceto depreciação acumulada, somando-se R\$ 89 mil de saldo.

66 Os saldos credores somam R\$ 82 mil.

JUSTIFICATIVA - Errado. Os saldos credores, além das contas do passivo e do patrimônio líquido, que somam R\$ 82 mil, incluem também a depreciação acumulada, no valor de R\$ 7 mil, totalizando R\$ 89 mil.

Em relação a plano de contas e escrituração contábil, julgue os itens seguintes.

67 Para que um lançamento contábil seja realizado com boa qualidade técnica, são necessários diversos requisitos, tais como clareza, exatidão e propriedades descritiva e intitulativa.

JUSTIFICATIVA - Certo. Conforme a literatura de referência, não é fácil realizar um lançamento absolutamente técnico; sendo necessários diversos requisitos para a perfeição do lançamento, principalmente os de clareza, exatidão e propriedades descritiva e intitulativa.

68 A entidade deve elaborar o conjunto de suas demonstrações contábeis por meio da utilização do regime de competência, sendo vedada a utilização de outro regime contábil.

JUSTIFICATIVA - Errado. A demonstração de fluxos de caixa é elaborada pelo regime de caixa, além disso, algumas entidades podem realizar suas demonstrações pelo regime de caixa (por exemplo, os condomínios) e outras podem realizar alguns registros nesse mesmo regime (por exemplo, os fundos de pensão).

69 Peças essenciais do plano de contas, as descrições da função e do funcionamento das contas costumam ser preteridas pelas entidades empresariais brasileiras.

JUSTIFICATIVA - Certo. Conforme a literatura de referência, o plano de contas não é apenas o elenco de contas. Para ser completo, deve contemplar outras peças, como as descrições da função e do funcionamento dessas contas, contudo as entidades brasileiras não costumam elaborar esses documentos, talvez por considerar que as outras partes são de conhecimento do pessoal contábil.

70 A expressão contábil a seguir, que é utilizada no sistema clássico de escrituração, indica uma partida de segunda ou terceira fórmula.

Diversos

a Diversos

JUSTIFICATIVA - Errado. A expressão

Diversos

a Diversos

indica que mais de uma conta será debitada, ao mesmo tempo em que mais de uma conta será creditada, característica das partidas de quarta fórmula.

Uma companhia adquiriu uma máquina destinada à fabricação de peças automotivas, comprometendo-se a efetuar o

pagamento ao fornecedor, no prazo de seis meses, por um valor superior ao preço que pagaria se a transação tivesse sido realizada à vista. A vida útil estimada da máquina é de cinco anos, podendo ela, ao final desse período, ser negociada no mercado por um valor estimado equivalente a 30% do seu preço na data de aquisição.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens seguintes, considerando o disposto na legislação societária e no pronunciamento técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que trata dos critérios de reconhecimento e mensuração aplicáveis a bens da espécie.

71 Na demonstração do resultado do exercício, o valor da depreciação da máquina será contemplado no custo do produto vendido e provocará redução do lucro auferido pela companhia apenas quando houver a venda das peças automotivas fabricadas com o uso da máquina.

JUSTIFICATIVA - Certo. De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 27 – Ativo Imobilizado:

49. A depreciação do período deve ser normalmente reconhecida no resultado. No entanto, por vezes os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo são absorvidos para a produção de outros ativos. Nesses casos, a depreciação faz parte do custo de outro ativo, devendo ser incluída no seu valor contábil. Por exemplo, a depreciação de máquinas e equipamentos de produção é incluída nos custos de produção de estoque (ver o Pronunciamento Técnico CPC 16 – Estoques). De forma semelhante, a depreciação de ativos imobilizados usados para atividades de desenvolvimento pode ser incluída no custo de um ativo intangível reconhecido de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 04 – Ativo Intangível.

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 16 (R1) - Estoques:

34. Quando os estoques são vendidos, o custo escriturado desses itens deve ser reconhecido como despesa do período em que a respectiva receita é reconhecida.

De acordo com a Lei n.º 6.404/1976, essa despesa será discriminada como custo das mercadorias (no caso de empresa industrial, como custo dos produtos), reduzindo o lucro da empresa.

72 O reconhecimento contábil da máquina dar-se-á por meio de registro a débito de uma conta do ativo imobilizado e a crédito de uma conta do passivo circulante.

JUSTIFICATIVA - Certo. O item está de acordo com o disposto na Lei n.º 6.404/76, art. 179, IV, e art. 180. Considerando-se que as contas de ativo apresentam saldo de natureza devedora, o registro da máquina deve ser efetuado a débito. As contas de passivo, por outro lado, apresentam saldo de natureza credora, devendo o reconhecimento da obrigação com o fornecedor ser efetuado a crédito.

73 A máquina deve ser reconhecida contabilmente pelo seu custo de aquisição, cujo cálculo deve contemplar, entre outros gastos, o preço à vista da máquina na data do reconhecimento.

JUSTIFICATIVA - Certo. De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC n.º 27 – Ativo Imobilizado:

15. Um item do ativo imobilizado que seja classificado para reconhecimento como ativo deve ser mensurado pelo seu custo.

23. O custo de um item de ativo imobilizado é equivalente ao preço à vista na data do reconhecimento. Se o prazo de pagamento excede os prazos normais de crédito, a diferença entre o preço equivalente à vista e o total dos pagamentos deve ser reconhecida como despesa com juros durante o período (ver o Pronunciamento Técnico CPC 12 – Ajuste a Valor Presente, principalmente item 10), a menos que seja passível de capitalização de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC n.º 20 – Custos de Empréstimos.

74 A depreciação provocará a redução do valor contábil da máquina ao longo de sua vida útil, devendo tal redução ocorrer por meio de um registro a débito de uma conta retificadora de ativo.

JUSTIFICATIVA - Errado. Apesar de a depreciação provocar a redução do valor contábil da máquina ao longo de sua vida útil, o registro na conta retificadora de ativo deve ser efetuado a crédito, e não a débito. Como se trata de conta retificadora de ativo, a natureza do seu saldo deve ser credor, e não devedor.

75 Caso a companhia venha a utilizar o método linear, o valor da depreciação anual da máquina será igual ao montante resultante da aplicação da taxa de 20% sobre o custo de aquisição.

JUSTIFICATIVA - Errado. No caso em questão, o valor residual é significativo (30% do preço de aquisição da máquina) e deve ser deduzido do custo de aquisição para fins de cálculo da depreciação. Não há erro em relação à taxa de depreciação, que deve ser calculada da seguinte forma:

Taxa de depreciação: $100\% : 5 = 20\%$

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC

62. Vários métodos de depreciação podem ser utilizados para apropriar de forma sistemática o valor depreciável de um ativo ao longo da sua vida útil. Tais métodos incluem o método da linha reta, o método dos saldos decrescentes e o método de unidades produzidas. A depreciação pelo método linear resulta em despesa constante durante a vida útil do ativo, caso o seu valor residual não se altere.

53. O valor depreciável de um ativo é determinado após a dedução de seu valor residual. Na prática, o valor residual de um ativo frequentemente não é significativo e por isso imaterial para o cálculo do valor depreciável.

Com base no disposto na NBC TSP Estrutura Conceitual, julgue os itens a seguir.

76 O custo de reposição ou substituição é uma base de mensuração de ativos específica para a entidade e tem como referência valores de saída.

JUSTIFICATIVA - Errado. De acordo com a NBC TSP Estrutura Conceitual, o custo de reposição ou substituição é uma base de mensuração aplicável aos ativos que fornece valores de entrada, sendo caracterizada como específica para a entidade.

77 O preço presumido é um critério de mensuração contábil aplicável aos passivos, representando o valor que o credor aceitaria como pagamento da obrigação ou que terceiros cobrariam do devedor para assumirem o compromisso de efetuar o pagamento da obrigação ao credor.

JUSTIFICATIVA - Errado. De acordo com a NBC TSP Estrutura Conceitual:

7.9 As bases de mensuração para o passivo também podem ser classificadas em termos de valores de entrada ou de saída. Os valores de entrada se relacionam à transação na qual a obrigação é contraída ou ao montante que a entidade aceitaria para assumir um passivo. Os valores de saída refletem o montante exigido para cumprir a obrigação ou o montante exigido para liberar a entidade da obrigação.

7.82 O custo de liberação é o termo utilizado no contexto dos passivos para se referir ao mesmo conceito de preço líquido de venda utilizado no contexto dos ativos. O custo de liberação se refere ao montante que corresponde à baixa imediata da obrigação. O custo de liberação é o montante que o credor aceita no cumprimento da sua demanda, ou que terceiros cobrariam para aceitar a transferência do passivo do devedor.

7.87 O preço presumido é o termo utilizado no contexto dos passivos para se referir ao mesmo conceito do custo de reposição para os ativos. Do mesmo modo que o custo de reposição representa o montante que a entidade pagaria racionalmente para adquirir o ativo, o preço presumido representa o montante que a entidade racionalmente aceitaria na troca pela assunção do passivo existente.

78 Uma característica dos ativos do setor público é o potencial de serviços, que permite à entidade alcançar os seus objetivos sem, necessariamente, gerar entrada líquida de caixa.

JUSTIFICATIVA - Certo. De acordo com a NBC TSP Estrutura

Conceitual:

5.7 Recurso é um item com potencial de serviços ou com a capacidade de gerar benefícios econômicos.

5.8 O potencial de serviços é a capacidade de prestar serviços que contribuam para alcançar os objetivos da entidade. O potencial de serviços possibilita a entidade alcançar os seus objetivos sem, necessariamente, gerar entrada líquida de caixa.

5.9 Os ativos do setor público que ensejam potencial de serviços podem ser representados pelos ativos de recreação, do patrimônio cultural, comunitários, de defesa nacional e outros que sejam mantidos pelos governos e outras entidades do setor público e que sejam utilizados para a prestação de serviços a terceiros.

79 Para se enquadrar no conceito de passivo, uma obrigação presente deve ser resultado de uma transação ou evento passado e demandar a saída de recursos da entidade para a sua liquidação ou extinção.

JUSTIFICATIVA - Certo. De acordo com a NBC TSP Estrutura Conceitual:

5.14 Passivo é uma obrigação presente, derivada de evento passado, cuja extinção deva resultar na saída de recursos da entidade.

5.16 Um passivo deve envolver uma saída de recursos da entidade para ser liquidado ou extinto. A obrigação que pode ser liquidada ou extinta sem a saída de recursos da entidade não é um passivo.

5.17 Para satisfazer a definição de passivo, é necessário que a obrigação presente surja como resultado de transação ou de outro evento passado e necessite da saída de recursos da entidade para ser extinta.

Julgue os próximos itens, que versam sobre os pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

80 Quando a depreciação para fins fiscais é acelerada em relação à depreciação para fins contábeis, surge uma diferença temporária tributável que deve ser contabilizada como passivo fiscal diferido.

JUSTIFICATIVA - Certo. De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 32 – Tributos sobre o lucro:

(b) a depreciação usada para determinar o lucro tributável (prejuízo fiscal) pode diferir daquela usada para determinar o lucro contábil. A diferença temporária é a diferença entre o valor contábil do ativo e sua base fiscal, a qual é o custo original do ativo menos todas as deduções referentes àquele ativo permitidas pelas autoridades tributárias para determinar o lucro tributável dos períodos corrente e anteriores. A diferença temporária tributável surge, e resulta em passivo fiscal diferido, quando a depreciação para fins fiscais é acelerada (se a depreciação para fins fiscais é menos rápida do que a depreciação contábil, a diferença temporária surge e resulta em ativo fiscal diferido).

81 Devem ser classificados no ativo circulante os ativos financeiros que estejam sendo mantidos essencialmente com o propósito de serem negociados, bem como a parcela a realizar no prazo de até doze meses após a data do balanço de ativos financeiros não circulantes.

JUSTIFICATIVA - Certo. De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis:

66. O ativo deve ser classificado como circulante quando satisfizer qualquer dos seguintes critérios:

(a) espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade;

(b) está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado;

(c) espera-se que seja realizado até doze meses após a data do balanço; ou

(d) é caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa), menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos doze meses após a data do balanço.

Todos os demais ativos devem ser classificados como não

circulantes.

- 82** No processo de identificação de eventuais perdas no valor recuperável de ativos, o valor em uso representa uma estimativa das entradas e saídas futuras de caixa decorrentes do uso contínuo de um ativo, sendo desconsiderados os fluxos líquidos de caixa que possam advir de sua baixa final. **JUSTIFICATIVA** - Errado. O valor em uso contempla também as entradas e saídas futuras de caixa derivadas da baixa final do ativo, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos:

Conceitos:

Valor em uso é o valor presente de fluxos de caixa futuros esperados que devem advir de um ativo ou de unidade geradora de caixa.

Perda por desvalorização é o montante pelo qual o valor contábil de um ativo ou de unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável.

Valor recuperável de um ativo ou de unidade geradora de caixa é o maior montante entre o seu valor justo líquido de despesa de venda e o seu valor em uso.

31. A estimativa do valor em uso de um ativo envolve os seguintes passos:

- estimar futuras entradas e saídas de caixa derivadas do uso contínuo do ativo e de sua baixa final; e
- aplicar a taxa de desconto apropriada a esses fluxos de caixa futuros.

- 83** Os valores reconhecidos como outros resultantes abrangentes não podem ser objeto de reclassificação futura para o resultado do período.

JUSTIFICATIVA - Errado. De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis:

82A. Outros resultados abrangentes devem apresentar rubricas para valores de:

(a) outros resultados abrangentes (excluindo valores previstos na alínea (b)), classificados por natureza e agrupados naquelas que, de acordo com outros pronunciamentos:

(i) não serão reclassificados subsequentemente para o resultado do período; e

(ii) serão reclassificados subsequentemente para o resultado do período, quando condições específicas forem atendidas;

(b) participação em outros resultados abrangentes de coligadas e empreendimentos controlados em conjunto contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, separadas pela participação nas contas que, de acordo com outros pronunciamentos:

(i) não serão reclassificadas subsequentemente para o resultado do período; e

(ii) serão reclassificadas subsequentemente para o resultado do período, quando condições específicas forem atendidas.

Considerando as disposições da Lei n.º 6.404/1976 e suas alterações, julgue os itens que se seguem.

- 84** A rubrica contábil ajustes de avaliação patrimonial é uma conta de resultado que pode apresentar saldo devedor ou credor, conforme o comportamento de elementos do ativo e do passivo sujeitos à avaliação a valor justo.

JUSTIFICATIVA - Errado. Não se trata de uma conta de resultado, mas de uma rubrica que faz parte do Patrimônio Líquido. De acordo com a Lei n.º 6.404/1976:

II – patrimônio líquido, dividido em capital social, reservas de capital, ajustes de avaliação patrimonial, reservas de lucros, ações em tesouraria e prejuízos acumulados.

§ 3.º Serão classificadas como ajustes de avaliação patrimonial, enquanto não computadas no resultado do exercício em obediência ao regime de competência, as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuídos a elementos do ativo e do passivo, em decorrência da sua avaliação a valor justo, nos casos previstos nesta Lei ou, em normas expedidas pela Comissão de Valores

Mobiliários, com base na competência conferida pelo § 3.º do art. 177 desta Lei.

- 85** A companhia que vier a adquirir fundo de comércio deve reconhecê-lo no ativo intangível, o qual estará sujeito à amortização periódica do seu valor se tiver existência ou exercício de duração limitada.

JUSTIFICATIVA - Certo. De acordo com a Lei n.º 6.404/76: Art. 179. As contas serão classificadas do seguinte modo:

(...)

VI no intangível: os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da companhia ou exercidos com essa finalidade, inclusive o fundo de comércio adquirido.

(...)

Art. 183. No balanço, os elementos do ativo serão avaliados segundo os seguintes critérios:

(...)

§ 2.º A diminuição do valor dos elementos dos ativos imobilizado e intangível será registrada periodicamente nas contas de:

(...)

b) amortização, quando corresponder à perda do valor do capital aplicado na aquisição de direitos da propriedade industrial ou comercial e quaisquer outros com existência ou exercício de duração limitada, ou cujo objeto sejam bens de utilização por prazo legal ou contratualmente limitado;

Julgue os próximos itens, no que se refere a auditoria e seus conceitos gerais, procedimentos de auditoria, testes de observância e testes substantivos.

- 86** Os testes de detalhes são procedimentos substantivos que podem envolver classes de transações, de saldos de contas e de divulgações específicas nas demonstrações financeiras.

JUSTIFICATIVA - Certo. Os testes de detalhes são, de fato, procedimentos substantivos, utilizados para a obtenção de evidências diretas sobre a adequação e veracidade das afirmações nas demonstrações contábeis. Eles podem envolver a verificação de classes de transações, saldos de contas e divulgações específicas nas demonstrações financeiras.

Fonte: NBC TA 330, Item 4.

- 87** Risco de detecção é o risco de que, nos procedimentos de auditoria, não se identifiquem distorções relevantes nas demonstrações contábeis.

JUSTIFICATIVA - Certo. O risco de detecção está relacionado à possibilidade de o auditor não identificar erros ou fraudes materiais, apesar da execução dos procedimentos de auditoria.

Fonte: NBC TA 200, r1, item 13.c:

- 88** A auditoria independente é realizada para esclarecer questões técnicas em litígios contábeis, enquanto a perícia contábil trata da emissão de um laudo pericial sobre as demonstrações contábeis de uma empresa.

JUSTIFICATIVA - Errado. A auditoria independente não tem como objetivo esclarecer questões técnicas em litígios contábeis. Seu foco é emitir uma opinião sobre as demonstrações contábeis da empresa, assegurando que estão apresentadas de forma justa e em conformidade com as normas contábeis.

Fonte: NBC TA 200.

- 89** Os testes de observância planejados para a detecção de distorções relevantes no nível de afirmações podem incluir testes de detalhes e procedimentos analíticos substantivos.

JUSTIFICATIVA - Errado. Os testes de observância (ou testes de controle) são especificamente planejados para a avaliação da eficácia dos controles internos e não têm como objetivo principal detectar distorções nas afirmações das demonstrações contábeis. Eles são realizados para verificar se os controles internos estão funcionando conforme o esperado. Já os testes de detalhes e procedimentos analíticos substantivos são utilizados para identificar

distorções nas demonstrações contábeis, sendo parte dos procedimentos substantivos.
Fonte: NBC TA 330, Item 4.

- 90** A natureza e a extensão dos procedimentos de auditoria necessários para a obtenção de evidência de auditoria apropriada e suficiente com relação aos saldos iniciais dependem de itens como as políticas contábeis seguidas pela entidade e a natureza dos saldos contábeis.

JUSTIFICATIVA - Certo. A natureza e a extensão dos procedimentos de auditoria necessários para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente com relação aos saldos iniciais dependem de assuntos como: políticas contábeis seguidas pela entidade; natureza dos saldos contábeis, classes de transações e divulgações, assim como os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis do período corrente.

Fonte: NBC TA 510, Item A3 (Procedimentos de auditoria)

A respeito de fraude, erro e relevância/materialidade, documentação, planejamento e execução da auditoria, julgue os itens que se seguem.

- 91** A determinação da relevância deve ser inserida no planejamento da auditoria, sendo desnecessárias adaptações e revisão na execução do trabalho, pois eventuais necessidades na execução são atinentes aos procedimentos e às evidências.

JUSTIFICATIVA - Errado. De acordo com a NBC TA 320, a relevância é inicialmente determinada no planejamento da auditoria, mas pode e deve ser revisada durante a execução do trabalho, se necessário. O item 12 afirma que o auditor deve revisar a relevância ao longo da auditoria, caso ocorram mudanças que possam impactar a avaliação inicial.

- 92** Na documentação de auditoria, dispensa-se a inclusão das conclusões alcançadas sobre a confiança naqueles controles testados na auditoria anterior, desde que o auditor planeje usar evidência obtida em auditorias anteriores.

JUSTIFICATIVA - Errado. De acordo com a NBC TA 230 (Documentação de Auditoria) e a NBC TA 330 (Respostas do Auditor aos Riscos Avaliados), o auditor é obrigado a documentar as conclusões alcançadas sobre a confiança nos controles testados em auditorias anteriores quando decide utilizá-los.

Fonte: NBC TA 330, item 29.

- 93** Apesar de o auditor poder suspeitar da ocorrência de fraude ou mesmo identificá-la, não lhe cabe estabelecer a relação jurídica de sua real ocorrência.

JUSTIFICATIVA - Certo. O auditor limita-se ao aspecto técnico e profissional da identificação de evidências de fraude, sem avançar para conclusões jurídicas sobre a sua ocorrência.

Fonte: NBC TA 240.

- 94** Ao planejar procedimentos adicionais de auditoria, o auditor se obriga a obter evidência de auditoria mais persuasiva quanto maior for a avaliação de risco do auditor.

JUSTIFICATIVA - Certo. De acordo com a NBC TA 330 (Respostas do Auditor aos Riscos Avaliados), quanto maior o risco de distorção relevante identificado pelo auditor, mais persuasiva deve ser a evidência de auditoria a ser obtida. Isso se aplica tanto aos testes de controle quanto aos procedimentos substantivos.

Fonte: NBC TA 330, 7.

- 95** Previamente ao planejamento, o auditor deve avaliar a independência e estabelecer os termos de seu trabalho, realizar a avaliação de riscos e confirmar saldos com terceiros, se necessário.

JUSTIFICATIVA - Errado. A avaliação de riscos e a confirmação de saldos com terceiros fazem parte do planejamento e execução da

auditoria. A avaliação de riscos, por exemplo, é realizada após o auditor obter um entendimento do ambiente de controle e outras condições da entidade (conforme NBC TA 315). Já a confirmação de saldos com terceiros é um procedimento substantivo realizado na fase de execução, conforme a necessidade identificada no planejamento.

Acerca de riscos de auditoria, supervisão e controle de qualidade, continuidade dos negócios e avaliação do sistema contábil da auditada, julgue os itens subsequentes.

- 96** Ao realizar uma amostragem, o auditor obriga-se a adotar uma abordagem que assegure chances iguais de seleção para todas as unidades da população, garantindo a representatividade dos itens escolhidos.

JUSTIFICATIVA - Certo. O item está de acordo com a NBC TA 530, que estabelece que o auditor deve selecionar as unidades de amostragem de forma que cada uma tenha a mesma probabilidade de ser escolhida.

- 97** O risco de auditoria decorre da função dos riscos de distorção relevante e do risco de que os procedimentos executados pelo auditor para reduzir o risco de auditoria a um nível aceitavelmente baixo não detectem uma distorção que possa ser relevante.

JUSTIFICATIVA - Certo. A afirmação está alinhada com a definição fornecida pela NBC TA 200. O risco de auditoria é, de fato, composto por dois componentes principais:

Risco de distorção relevante (ou risco de distorção nas demonstrações contábeis): Refere-se à possibilidade de que as demonstrações contábeis contenham distorções relevantes, seja por erro ou fraude, que não sejam detectadas pela auditoria.

Risco de detecção: Trata-se do risco de que o auditor não consiga detectar uma distorção relevante, apesar de ter executado procedimentos de auditoria para reduzir o risco de auditoria a um nível aceitavelmente baixo.

- 98** Em firmas de pequeno porte, dispensam-se políticas ou procedimentos que tratem da gestão de qualidade ou do monitoramento da independência, já que o foco pode ser exclusivamente o planejamento das auditorias.

JUSTIFICATIVA - Errado. Conforme o item A13 da NBC TA 220, mesmo em firmas de menor porte, é obrigatório que existam políticas ou procedimentos relacionados à gestão de qualidade.

- 99** Eventos financeiros como patrimônio líquido negativo ou fluxos de caixa operacionais negativos indicam a existência de incerteza relevante no que diz respeito à continuidade operacional da entidade.

JUSTIFICATIVA - Errado. Conforme o item A3 da NBC TA 570, a presença de um ou mais eventos ou condições listados não implica automaticamente a existência de uma incerteza relevante quanto à continuidade operacional. O auditor deve avaliar tais eventos ou condições no contexto específico da entidade, considerando fatores mitigantes e planos de ação que possam atenuar seus efeitos.

- 100** Os riscos no nível geral das demonstrações contábeis referem-se às demonstrações como um todo, enquanto os riscos de distorção relevante no nível da afirmação consistem em risco inerente e risco de controle.

JUSTIFICATIVA - Certo. De acordo com a NBC TA 315: Item 4. Os riscos no nível geral da demonstração contábil referem-se às demonstrações contábeis como um todo e que afetam potencialmente muitas afirmações. Os riscos de distorção relevante no nível da afirmação consistem em dois componentes: risco inerente e risco de controle.

Julgue os itens a seguir, em relação a evidências, risco de auditoria, amostragem, procedimentos, fraude e erro.

101 Testes de detalhes e procedimentos substantivos analíticos coincidem tanto em seus propósitos quanto nos métodos empregados, pois ambos envolvem a verificação da exatidão das demonstrações contábeis, cabendo ao auditor decidir qual deles aplicar.

JUSTIFICATIVA - Errado. Conforme a NBC TA 330 - Respostas do Auditor ao Risco Avaliado, testes de detalhes e procedimentos substantivos analíticos não são intercambiáveis e possuem propósitos e métodos distintos. Observe-se que a NBC 330 faz a distinção clara de quando usar ambos os citados testes.

Testes de Detalhes: Envolvem a verificação de transações, saldos de contas ou divulgações, com o objetivo de fornecer evidências diretas e específicas sobre a veracidade das afirmações no nível das transações.

Procedimentos Substantivos Analíticos: São usados para identificar variações ou tendências significativas nos dados financeiros que possam indicar distorções relevantes.

102 A quantidade necessária da evidência de auditoria é diretamente afetada pela avaliação do auditor dos riscos de distorção relevante e pela qualidade da evidência considerada.

JUSTIFICATIVA - Certo. Conforme NBC TA 200, item 13.

(b) Evidências de auditoria são as informações utilizadas pelo auditor para fundamentar suas conclusões em que se baseia a sua opinião. As evidências de auditoria incluem informações contidas nos registros contábeis subjacentes às demonstrações contábeis e outras informações. Para fins das NBCs TA: (i) a suficiência das evidências de auditoria é a medida da quantidade da evidência de auditoria. A quantidade necessária da evidência de auditoria é afetada pela avaliação do auditor dos riscos de distorção relevante e também pela qualidade de tal evidência;

103 O risco não resultante da amostragem está principalmente associado à seleção inadequada de itens na amostra, o que pode levar ao não reconhecimento de distorções ou desvios relevantes.

JUSTIFICATIVA - Errado. Conforme o item A1 da NBC TA 530, o risco não resultante da amostragem não está relacionado à seleção inadequada de itens, mas sim a outros fatores, como: procedimentos de auditoria inadequados; interpretação incorreta das evidências de auditoria; falha em identificar distorções ou desvios na evidência disponível.

104 A apropriação indevida de ativos é usualmente cometida por empregados em grandes valores; quando cometida pela administração, geralmente é mais fácil de detectar, devido à utilização de métodos mais visíveis e ao nível hierárquico que ela ocupa.

JUSTIFICATIVA - Errado. Conforme o A5 da NBC TA 240, a apropriação indevida de ativos pode ser cometida tanto por empregados em valores pequenos e difíceis de detectar, quanto pela administração, que frequentemente utiliza métodos sofisticados para ocultar suas ações. A ideia de que a administração normalmente utiliza métodos visíveis e fáceis de detectar é equivocada.

105 Uma taxa de desvio inesperadamente alta nos testes de controles resulta em um aumento no risco de distorção relevante, independentemente de outras evidências de auditoria.

JUSTIFICATIVA - Errado. Conforme o A21 da NBC TA 530, uma taxa de desvio inesperadamente alta nos testes de controles pode, sim, indicar um aumento no risco de distorção relevante, mas isso não ocorre automaticamente. O auditor deve buscar evidências adicionais para confirmar se o risco realmente aumentou.

A respeito do processamento eletrônico de dados e das estimativas contábeis, julgue os itens a seguir.

106 O uso de tecnologia para registros de contabilidade minimiza erros na entrada de dados, prescindindo-se, portanto, da interpretação crítica do auditor quanto a dados complexos em contextos específicos.

JUSTIFICATIVA - Errado. O uso extensivo de tecnologia na contabilidade minimiza erros na entrada de dados, mas não exclui a necessidade de o auditor aplicar um raciocínio crítico para interpretar dados complexos e contextos específicos.

107 Embora o processamento eletrônico de dados tenha modernizado a contabilidade, o julgamento humano quanto às estimativas contábeis ainda é necessário, para acomodar incertezas complexas que a tecnologia não consegue prever completamente.

JUSTIFICATIVA - Certo. Apesar dos avanços tecnológicos que aumentam a precisão e eficiência, o julgamento humano é crucial para lidar com incertezas e variáveis qualitativas em estimativas contábeis.

IASB. IFRS: Normas Internacionais de Relato Financeiro, 2023.

108 Atualmente, a implantação de sistemas eletrônicos de dados em contabilidade permite a identificação de transações atípicas, o que facilita não apenas o controle interno, mas também a auditoria de dados financeiros.

JUSTIFICATIVA - Certo. Conforme o Committee Of Sponsoring Organizations Of The Treadway Commission, sistemas eletrônicos de dados são capazes de identificar as transações atípicas.

Julgue os próximos itens, a respeito das implicações das contingências e da relevância das transações e dos eventos subsequentes nas demonstrações contábeis.

109 A identificação e a avaliação de eventos subsequentes são processos críticos na auditoria, pois podem alterar significativamente as percepções sobre a posição financeira ou as contingências potenciais de uma empresa.

JUSTIFICATIVA - Certo. Esses eventos têm o potencial de afetar a análise do auditor sobre o estado financeiro e operacional da entidade, influenciando decisões de reconhecimento e divulgação.

110 Quaisquer contingências identificadas em auditoria devem ser refletidas nas demonstrações contábeis.

JUSTIFICATIVA - Errado. Apenas contingências que são prováveis e mensuráveis necessitam ser reconhecidas nas demonstrações financeiras; caso contrário, são apenas divulgadas em notas explicativas.

BRASIL. CFC. IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, 2016.

111 Os eventos subsequentes resultam em contingências a serem divulgadas nas demonstrações contábeis, pois tais transações sempre impactam de forma expressiva, positiva ou negativamente, a posição financeira da entidade.

JUSTIFICATIVA - Errado. Nem toda transação subsequente cria contingências; somente aquelas que trazem impactos significativos ou incertezas futuras relevantes precisam ser avaliadas para divulgação.

BRASIL. CFC. IAS 10 - Eventos Subsequentes, 2016.

Em relação à obtenção de evidências em auditoria e às práticas de avaliação do negócio, julgue os itens subsequentes.

112 A coleta de evidências em auditoria pode incluir entrevistas com a administração da organização para entender sua estratégia e suas decisões, o que é crucial para uma avaliação precisa do negócio.

- JUSTIFICATIVA** - Certo. A realização de entrevistas é uma prática comum que ajuda os auditores a compreenderem o contexto e as decisões que afetam as demonstrações financeiras e as operações da empresa.
- 113** Evidências obtidas por meio de confirmação externa são geralmente consideradas mais confiáveis do que as coletadas internamente, devido à independência e à objetividade inerentes às fontes externas.
- JUSTIFICATIVA** - Certo. A confirmação externa proporciona uma fonte independente de validação, aumentando a confiança nas informações obtidas em comparação com as verificações internas, que podem ter vieses.
- BRASIL. CFC. ISA 500 - Evidência de Auditoria, 2016.**
- 114** A inclusão de análises de mercado detalhadas nos relatórios de auditoria é essencial, uma vez que estes documentos, além de avaliar a conformidade das demonstrações financeiras, visam, prioritariamente, fornecer uma análise de mercado abrangente.
- JUSTIFICATIVA** - Errado. O foco do relatório de auditoria é principalmente na conformidade das demonstrações financeiras, não necessariamente em fornecer uma análise de mercado abrangente.
- BRASIL. CFC. ISA 700 - Formação da Opinião e Relato sobre Demonstrações Financeiras, 2016**
- Acerca dos diferentes tipos de relatórios de auditoria e da aplicação dos princípios de contabilidade, julgue os itens que se seguem.
- 115** O uso de um parágrafo de ênfase em um relatório de auditoria é realizado com o objetivo de chamar a atenção para assuntos que, embora importantes, não alteram a opinião do auditor sobre as demonstrações financeiras.
- JUSTIFICATIVA** - Certo. Um parágrafo de ênfase é usado para destacar questões como incertezas significativas ou eventos subsequentes, sem implicar em alterações na opinião geral do auditor.
- BRASIL. CFC. ISA 706 - Parágrafos de Ênfase e Outros Assuntos, 2016.**
- 116** Um relatório de auditoria sem ressalvas é uma indicação de que o auditor não encontrou distorções materiais nas demonstrações financeiras, assegurando sua conformidade com os princípios contábeis aplicáveis.
- JUSTIFICATIVA** - Certo. Este tipo de relatório confirma que as demonstrações refletem uma visão justa e verdadeira, conforme as normas contábeis vigentes, sem materialidade em erros ou omissões.
- BRASIL. CFC. ISA 700 - Formação da Opinião e Relato sobre Demonstrações Financeiras, 2016.**
- 117** Relatórios adversos são aqueles emitidos quando há distorção material generalizada em contas específicas, de modo que o fato de as demonstrações financeiras não estarem de acordo com os princípios contábeis ou com a estrutura conceitual não é razão para emissão de relatório adverso.
- JUSTIFICATIVA** - Errado. Relatórios adversos são emitidos quando há distorções materiais e generalizadas que tornam as demonstrações financeiras enganosas, não estando em conformidade com princípios contábeis.
- BRASIL. CFC. ISA 705 - Modificações na Opinião na Auditoria, 2016.**
- No âmbito da perícia contábil, quesitos formulados pelas partes em um processo judicial devem ser respondidos de maneira abrangente, incluindo não apenas dados financeiros, mas também análises interpretativas, conforme necessário.
- JUSTIFICATIVA** - Errado. As respostas aos quesitos devem ser completas e embasadas, possivelmente necessitando de análise adicional para esclarecer o contexto e fundamentar as conclusões apresentadas.
- O parecer técnico contábil deve sempre estar fundamentado nas diretrizes estabelecidas pelas normas técnicas periciais aplicáveis, para que sejam garantidas, assim, sua coerência e sua validade nos contextos legal e contábil.
- JUSTIFICATIVA** - Certo. A aderência às normas técnicas é crucial para assegurar que o parecer seja aceito e considerado válido no âmbito processual e contábil.
- BRASIL. CFC. NBC TP 01 - Normas Brasileiras de Contabilidade para Perícia, 2018.**
- Os quesitos apresentados pelas partes em um processo judicial devem ser respondidos pelo perito do juízo no parecer técnico contábil, e não no laudo judicial.
- JUSTIFICATIVA** - Errado. O laudo pericial contábil é o documento central onde o perito responde aos quesitos formulados pelas partes e pelo juiz, fornecendo uma análise detalhada baseada em evidências. Trata-se de um documento formal e essencial para o processo judicial. Por outro lado, o parecer técnico contábil tem caráter opinativo e complementar, sendo solicitado para esclarecer pontos específicos ou fornecer opiniões técnicas adicionais. Ele não é obrigatório em todos os casos e não substitui o laudo pericial na resposta aos quesitos. Assim, a atribuição de responder aos quesitos recai sobre o laudo, não sobre o parecer técnico.